

Adelson Garraburro Borotolon
AGB

AO ILMO. SR. PREGOEIRO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPÍ/ES

REF: PP-PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2023

RECURSO EM FACE DE ATOS E DECISÕES DA COMISSÃO NO CERTAME DO PREGÃO EM EPÍGRAFE

A empresa **ADELSON GARRABURRO BORTOLON**, inscrita no CNPJ n.º 41.372.711/0001-74, Córrego Tia Velha, S/Nº, Zona Rural, Irupí/ES, CEP.: 29.398-000, e-mail: adelsongarraburrobortolon@gmail.com, tel: (28) 99963-5972, por meio de seu representante legal o Sr. ADELSON GARRABURRO BORTOLON, portador da Carteira de Identidade nº 472.876S e do CPF nº 707.145.257-15, com fulcro no art. 165, Inciso I, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021 e do item 10.1. e 10.2. do Instrumento Convocatório, vem respeitosamente, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão administrativa do Pregoeiro juntamente com sua Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Irupí, que inabilitou a licitante ADELSON GARRABURRO BORTOLON, indo de encontro diretamente com o Princípio da Razoabilidade e apego exacerbado ao formalismo, conforme as razões de fato e de direito a seguir expostos.

DOS FATOS:

Em apertada síntese, a Prefeitura Municipal de Irupí, promove a licitação sob a modalidade de Pregão Presencial, tendo por objeto "***A contratação de empresa especializada no fornecimento de saibro in natura destinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme especificações e quantidades estimadas.***" sob o nº PP 022/2023. Sendo já uma republicação da licitação PP 016/2023, ocorrida em 11/07/2023, no qual, foi frustrada.

Onde, interessada em participar do referido certame, a empresa ADELSON GARRABURRO BORTOLON, ora recorrente, compareceu à sessão, observando todos os critérios legais e editalícios do certame.

Compareceram à mesma sessão, além da recorrente, a seguinte empresa:

- COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA;

ADELSON GABURRO
BORTOLON:7071452
5715

Assinado de forma digital por
ADELSON GABURRO
BORTOLON:70714525715
Dados: 2023.08.25 14:28:05
-03'00'

Adelson Garraburro Borotolon

AGB

Onde, passada a fase de credenciamento, passou-se para a fase de proposta, na qual, a empresa COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA, venceu a disputa de lances, passando assim, para a fase de verificação dos documentos habilitatórios, no qual, foi constatado, de que a mesma deixou de apresentar a certidão exigida no item 9.29 do Termo de Referência Anexo V do Edital, apresentando outro documento (LICENÇA), alegando que esta seria o documento, todavia, após análise do setor técnico e também do Pregoeiro, constaram de que o documento apresentado pela empresa licitante não atendia o exigido, sendo documento que atende outro item, e não o referido.

O representante da empresa COMERCIAL SOARES E LIMA LTDA tentou argumentar de qual seria o órgão para solicitar a referida certidão, todavia, de forma frustrada, pois, todos licitantes presentes já tinham por conhecimento de que era a ANM, pois, como consta na Ata de realização, por própria declaração da Engenheira Ambiental municipal, ambas empresas consultaram ao órgão ambiental municipal tendo a mesma informação, em quê seria a ANM – AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO o órgão licenciador à emitir a referida Certidão exigida no item 9.29. Sendo assim, acertada foi a inabilitação da empresa, por omissão do atendimento ao exigido do item 9.29. do Termo de Referência Anexo V do Edital, mesmo já tendo conhecimento de qual órgão se tratava.

Destarte, resultou na classificação da empresa ADELSON GARRABURRO BORTOLON, ora recorrente, passando para a fase de habilitação, no qual, abriu-se o envelopes contendo os documentos habilitatórios.

Há de considerar que na referida consulta feita ao órgão ambiental mencionado anteriormente, ratificou-se o entendimento da licitante de que era a ANM que expediria a referida certidão exigida no item 9.29. Todavia, o referido órgão encontra-se em greve geral desde o dia 08/08/2023 (um dia antes da publicação do edital, que ocorreu em 09/08/2023), impossibilitando assim a emissão da certidão ora solicitada, onde, a empresa recorrente já tinha solicitado a certidão e até efetuado o pagamento da taxa, apresentando além do protocolo constando o registro e o pagamento da taxa, demais notícias que comprovavam a greve instaurada.



QR-Code com o link da página de licitações do município de Irupí, constando a data de publicação do edital (09/08/2023)

Link: <https://www.irupi.es.gov.br/licitacoes/ver/1045>

ADELSON GABURRO
BORTOLON:7071452
5715

Assinado de forma digital
por ADELSON GABURRO
BORTOLON:70714525715
Dados: 2023.08.25
14:28:23 -03'00'



QR-Code com link do SINAGÊNCIAS – Sindicato Nacional do Servidores das Agências Nacionais de Regulação, acompanhando dia a dia, através de pontos (relatórios) a situação da greve, desde o dia do seu início (08/08/2023).

Link: < <https://sinagencias.org.br/category/anm/>>



QR-Code com link do UOL, noticiando a instauração da greve (08/08/2023).

Link: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/servidores-da-anm-deflagram-greve-geral-por-tempo-indeterminado/>

Todavia, mesmo sendo apresentado o protocolo constando o registro e a taxa paga da solicitação da certidão, e ainda, as notícias da greve que vem ocorrendo desde o dia 08/08/2023 que foram apresentadas junto aos documentos de habilitação, o Pregoeiro decidiu por inabilitar a empresa, por não atender o item 9.29. do Termo de Referência Anexo V do Edital. Assim, pautado pelo princípio da Razoabilidade, Proporcionalidade e da Isonomia, a decisão por inabilitar a empresa ADELSON GARRABURRO BORTOLON, ainda mais que solicitaram e pagaram a taxa para emissão da certidão, sendo impedida por circunstâncias que superam seu controle (Greve do Órgão ANM), merece ser reformada.

I – DAS RAZÕES:

I. DA INABILITAÇÃO POR NÃO APRESENTAR CERTIDÃO DE ÓRGÃO EM GREVE – APRESENTADO PROTOCOLO E COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TAXA

A ocorrência de greve do servidorismo público acaba por gerar problemas para a licitante. Isto porque a comprovação dos requisitos de habilitação, dentre outros, é realizada por meio de apresentação de certidão expedida, neste caso, pela ANM- AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, que devem esta válidas na data da

sessão pública de entrega e recebimento dos respectivos envelopes. Vejamos o disposto do Edital:

9.29. Certidão de Registro junto ao Órgão Licenciador;

O órgão de que se trata na disposição editalícia, como já mencionado aqui, e constado na Ata de Realização, já era de conhecimento dos licitantes de que é a ANM - AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, tendo tais informações por meio de consulta ao órgão ambiental municipal. Vejamos o constante na Ata:

"A engenheira ambiental Roberta informou que ambas as empresas consultaram ao órgão ambiental do município sobre o quem emitiria a certidão (Órgão Licenciador), estando todas as duas empresas cientes de quem seria o órgão licenciador."

No momento da consulta descrito pela engenheira, a empresa licitante ora recorrente, ainda informou da greve da Agência Nacional de Mineração.

Onde, a licitante viu a viabilidade de que caso, a agência não emitisse a certidão a tempo por motivo da greve, apresentaria o protocolo que contém a solicitação, e ainda comprovação de que esta tinha sido paga, ainda, apresentaria publicações de sites de notícia, noticiando a referida greve. O que ocorreu, a mesma teve que praticar os atos anteriormente descritos, esperando que o Pregoeiro e a CPL iriam se utilizar do Princípio de Razoabilidade.

Observa-se, assim, que a ocorrência da paralisação dos servidores lotados nesta repartição vem a inviabilizar a emissão da certidão exigida no ato convocatório, fato que prejudicará a participação da licitante que solicitou e efetuou o pagamento da taxa para a expedição desta certidão durante a greve.

Nesta situação, adequado seria para a Comissão de Licitação e/ou o pregoeiro, uma vez constatada a existência da greve e a efetiva impossibilidade de o licitante obter a certidão, inclusive por meios eletrônicos (situação que também inviabilizará a realização de uma consulta on-line), senão a de considera-la habilitada para continuar na licitação, mesmo que seja provisoriamente.

O Pregoeiro juntamente com Comissão de Licitação poderia consignar em ata que, em função da greve devidamente comprovada dos funcionários do órgão responsável pela emissão da referida certidão, mesmo a licitantes tendo solicitado e efetuado o pagamento da taxa não conseguiu obter a certidão pertinente, tendo ela

apresentado o protocolo constando o registro e o pagamento da taxa, como também, apresentou noticiados informando a situação da greve, razão pela qual se comprometem a providenciá-la assim que possível, ou seja, tão logo a greve seja suspensão, sob pena de inabilitação posterior, impedimento para a contratação ou rescisão contratual, se já firmado o contrato (conforme a fase procedimental na época adequada para a apresentação).

Grife-se que a adoção deste expediente durante o processamento decorre da aplicação do princípio da razoabilidade no âmbito das licitações públicas, e poderá ser implementado independentemente de qualquer comunicação anterior aos participantes do certame ou mesmo de previsão no ato convocatório. Fundamenta-se, ademais, no fato de que não é adequado à Administração exigir o impossível a seus administrados, sob pena de ferir o princípio da isonomia.

Corroborando a nossa assertiva, já decidiu o Poder Judiciário a respeito do tema trazido à baila, in verbis:

"Apelação cível. Mandado de segurança. Habilitação. Licitação modalidade tomada de preço. Sercomtel. Falta de Certidão Negativa de Débitos atualizada. Greve dos servidores públicos que impossibilitou a obtenção da Certidão. Caso fortuito. Impossibilidade de impor responsabilização à empresa concorrente. Recurso de apelação desprovido (TJPR – ApCv nº 415.588-0)".

"Processual Cível. Apelação. Mandado de segurança. Licitação. Certidão Negativa de Débito. Greve dos servidores do INSS ao tempo da concorrência. Impossibilidade de renovação em tempo hábil. Inabilitação de concorrente com CND vencida. Impossibilidade.

I – Em virtude do estado de greve dos servidores do INSS, ao tempo da concorrência, impossibilitando a licitante a renovar, em tempo hábil, a sua Certidão Negativa de Débito, não deve a mesma arcar com os ônus decorrentes desse fato, para o qual não deu causa, sob pena de infringência ao seu direito líquido e certo de participar do certame, em igualdade de condições com os demais concorrentes. II – Recurso conhecido e improvido (TJMA – ApCv nº 019848-2003 – Acórdão nº 48.204/2004)".

A greve dos servidores ANM consiste em motivo superveniente, suficiente e razoável a garantir à impetrante o direito de apresentar referido documento em prazo ulterior ao fixado pelo edital, com o fito de buscar o atendimento do próprio interesse público de contratação da empresa. Ademais, como já sabido e comprovado pelo protocolo, a referida certidão já foi solicitada, assim, é somente vir a greve extinguir para a mesma ser emitida, suprindo o exigido no instrumento convocatório.

ADELSON
GABURRO
BORTOLON:70714
525715

Assinado de forma digital
por ADELSON GABURRO
BORTOLON:70714525715
Dados: 2023.08.25
14:29:07 -03'00'

Adelson Garraburro Borotolon

AGB

Deste modo, consentâneo se mostra a reforma da decisão que inabilitou a empresa licitante ADELSON GARRABURRO BORTOLON, por não ter apresentado uma certidão, no qual, foi solicitada e paga (conforme protocolo), sendo impedida de ser emitida por motivo de greve do órgão, e não por omissão da licitante. Logo, pautado pelos princípios da Razoabilidade, Isonomia e Desapego ao Formalismo Exacerbado, merece reforma a decisão recorrida julgando a mesma como habilitada.

II - DOS PEDIDOS:

Diante de todo exposto, solicitamos como lúdima justiça que:

Diante de todo exposto, requer-se que seja conhecido o presente recurso e, ao final, julgando provido, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, com efeito SUSPENSIVO para que seja reformada a decisão em apreço, na parte atacada, para que seja:

- a) Reformada a decisão sobre a habilitação da licitante ora recorrente ADELSON GARRABURRO BORTOLON, declarando-a como habilitada, para assim, dar seguimento ao certame;

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Digníssima Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o art. 71, da Lei 14.133/21.

Termos em que
Pede e espera deferimento

Lúna/ES, 25 de Agosto de 2023.

ADELSON GABURRO
BORTOLON:7071452
5715

Assinado de forma digital
por ADELSON GABURRO
BORTOLON:70714525715
Dados: 2023.08.25
14:16:21 -03'00'

Adelson Gaburro Bortolon

RECIBO ELETRÔNICO DE PROTOCOLO - SEI Nº 48076.896019/2020-41

Solicitante:

ADELSON GABURRO BORTOLON

IP Utilizado:

Conta Comprovada

18/08/2023 - 21:47:46.634

10.30.0.67

Cadastro via certificado digital

Possui CTDM

Unidade:

ENTRADA-ES

Tipo Protocolo:

Solicitar Declaração de Regularidade

Interessado

ADELSON GABURRO BORTOLON

Terceiro Interessado:

ADELSON GABURRO BORTOLON

Relacionamento entre o Solicitante e o Interessado:

ADELSON GABURRO BORTOLON, por meio de Conta Comprovada, Cadastro via certificado digital, operando por ADELSON GABURRO BORTOLON. via:

Solicitante e interessado são a mesma pessoa.

Protocolos dos Documentos (Número SEI):

Processo 48076.896019/2020-41

- Prova de recolhimento de emolumentos (8868113)
- Requerimento (8868114)

O usuário acima identificado foi previamente avisado que o protocolo importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

a conformidade entre os dados informados e os documentos;

a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;


a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio usuário ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;

a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo Protocolo, considerando-se tempestivos os praticados até último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de

Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;

a consulta periódica aos sistemas da ANM, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet da Agência Nacional de Mineração.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 41.372.711/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/03/2021
NOME EMPRESARIAL ADELSON GABURRO BORTOLON			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AGB			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 08.10-0-08 - Extração de saibro e beneficiamento associado			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO CRG TIA VELHA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO *****	
CEP 29.398-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO IRUPI	UF ES
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (28) 9963-5972	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/03/2021	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/08/2023** às **14:05:07** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Primeiro Instrumento de Alteração e Consolidação de Empresário Individual

Adelson Gaburro Bortolon

CNPJ nº. 41.372.711/0001-74

Adelson Gaburro Bortolon, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 02/06/1961, inscrito no CPF sob o nº. 707.145.257-15, portador da Carteira de Identidade nº. 472.876/SPTC-ES., residente e domiciliado na Av. Pres. Tancredo Neves, nº. 57, Apto. 104, Bairro Niterói, CEP nº. 29.390-000, registrado sob firma **Adelson Gaburro Bortolon**, com nome fantasia: **AGB**, estabelecida no Córrego Tia Velha, s/n, Zona Rural, Irupi/ES., CEP nº. 29.398-000, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo/JUCEES sob o nº.: 32102598564 e inscrita no CNPJ sob o nº.: 41.372.711/000174, resolve **ALTERAR e CONSOLIDAR o INSTRUMENTO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL** mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira: Alteram-se as atividades econômicas da empresa para:

CNAE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
08.10-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado
47.44-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.44-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

Parágrafo único: A empresa terá por objeto o exercício das seguintes atividades: extração de saibro e beneficiamento associado, comércio varejista de materiais de construção em geral, comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas.

Em consequência das alterações promovidas, resolve consolidar o presente INSTRUMENTO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, mediante as cláusulas a seguir descritas.

Consolidação do Instrumento de Empresário Individual

Adelson Gaburro Bortolon

CNPJ nº. 41.372.711/0001-74

DO NOME EMPRESARIAL

Cláusula Primeira: O Empresária Individual adotará como nome empresarial a seguinte firma **Adelson Gaburro Bortolon**, e nome fantasia: **AGB**.

DO CAPITAL

Cláusula Segunda: O capital social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País.

Clausula Terceira - O Empresária Individual terá sua sede no Córrego Tia Velha, s/n, Zona Rural, Irupi/ES, CEP nº. 29.398-000.

DO OBJETO E DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Clausula Quarta - O Empresária Individual exercerá as seguintes atividades econômicas:

CNAE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
08.10-0/08	Extração de saibro e beneficiamento associado
47.44-0/99	Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.44-0/04	Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas

Parágrafo único: A empresa terá por objeto o exercício das seguintes atividades: extração de saibro e beneficiamento associado, comércio varejista de materiais de construção em geral, comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Clausula Quinta: O empresário declara, sob as penas da lei, que são verdadeiras todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresarial e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

DO ENQUADRAMENTO

Clausula Sexta - O empresário declara que a atividade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC 123/2006).

E por estar assim justo e acertado, assino o presente instrumento em uma única via.

Irupi/ES, 11 de agosto de 2023.

Adelson Gaburro Bortolon



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ADELSON GABURRO BORTOLON consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
70714525715	ADELSON GABURRO BORTOLON



CERTIFICO O REGISTRO EM 15/08/2023 08:11 SOB N° 20231307403.
PROTOCOLO: 231307403 DE 14/08/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12312031461. CNPJ DA SEDE: 41372711000174.
NIRE: 32102598564. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 11/08/2023.
ADELSON GABURRO BORTOLON

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTERA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME: **ADELSON GABURRO BORTOLON**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF: **472876 SSP ES**


CPF: **707.145.257-15** DATA NASCIMENTO: **02/06/1961**

FILIAÇÃO: **ALCIDES GABURRO**
AVELINA BORTOLON
GABURRO


PERMISSAO: **ACC** CAT. HAB: **AD**

Nº REGISTRO: **01863540200** VALIDADE: **13/04/2027** 1ª HABILITACAO: **25/09/1979**

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA DO PORTADOR: 

LOCAL: **VITORIA, ES** DATA EMISSAO: **12/04/2022**

Assinatura do Emissor: 
Harlen da Silva
Diretor-Geral - Detran ES
97846855167
ES366736523

ESPÍRITO SANTO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 2324346339

PROVIDO PLASTIFICAR 2324346339



Cartório do 3º Ofício - Tabelionato de Notas da Comarca de Iúna - ES

João Alice Amaral Hibner - Tabelião

Tel: (28) 3545-1050/3304 | (28) 99276-9050

e-mail: cartoriopauloamaral@gmail.com



AUTENTICAÇÃO - 1 (uma) cópia(a) - frente. Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original, autenticando-a nos termos do Art. 7º-V Lei 8.935/94. Em Testemunho da verdade. Iúna-ES, 18/08/2023, 15:25:04.

Jorge Moracy da Silva - Substituto. Selo Digital: 024109.VCS2301.03117. Emolumentos: R\$ 3,73 Encargos: R\$ 1,05 Total: R\$ 4,78. Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br



EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO